

ESTATUTO SOCIAL

Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOG



TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DOS OBJETIVOS E DA AÇÃO SINDICAL

CAPÍTULO I

DO SINDICATO E DE SEUS FINS

Artigo 1º. Fica constituído, por força do presente Estatuto Social e nos termos do Artigo 8º e seus incisos, da Constituição Federal, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, em 5 de outubro de 1.988, o **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ODONTOLOGIA DE GRUPO - SINOG**, designado, abreviadamente, pela sigla SINOG, associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo, Capital, à Rua Treze de Maio, 1540, Bela Vista, CEP: 01327-002, e base territorial em todo o Brasil, com prazo de duração por tempo indeterminado, com a finalidade de coordenação, proteção, representação coletiva e orientação geral da Categoria Econômica das “Empresas de Odontologia de Grupo”, integrada por todas as pessoas Jurídicas de Direito Privado, com ou sem fins lucrativos, sob qualquer título ou denominação, desde que habilitadas, qualificadas ou autorizadas pelos órgãos competentes, desenvolvam atividades de Odontologia de Grupo, em qualquer ponto do território nacional, com o objetivo, também, de integração do referido setor da economia do País com as demais associações e sindicatos de classe, tendo por objetivo a solidariedade social e a sua participação nos interesses da nação brasileira.

§ 1º. Compreende-se como atividade de Odontologia de Grupo a prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.

§ 2º. Poderão ser instalados escritórios e delegacias regionais em outros Estados, desde que previamente aprovados pela Diretoria.

Artigo 2º. O Sindicato tem base territorial nacional, constituindo-se como entidade de classe de âmbito nacional.

Artigo 3º. São prerrogativas da Entidade:

- I. Representar, perante as autoridades administrativas, judiciárias e demais órgãos dos poderes públicos em geral, os interesses coletivos ou individuais dos integrantes da Categoria Econômica representada, inclusive como substituto processual;



- II. Celebrar Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, bem como instaurar ou defender em Dissídios Coletivos de natureza econômica e social a Categoria Econômica representada;
- III. Instalar escritórios e delegacias regionais, bem como designar para os mesmos representantes da Categoria Econômica representada;
- IV. Colaborar, com os Poderes Públicos, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a Categoria Econômica representada;
- V. Interceder, junto aos órgãos e autoridades competentes, no sentido de obtenção de rápido andamento e de pronta solução de tudo que diga respeito aos interesses da Categoria representada;
- VI. Arrecadar a contribuição prevista em lei devida pelos integrantes da Categoria Econômica representada, sediados em sua base territorial;
- VII. Impor, mediante decisão da Assembleia Geral, contribuições aos integrantes da Categoria sediados em sua base territorial, visando o custeio dos serviços de sua representação sindical e/ou do sistema confederativo que integre;
- VIII. Manifestar-se em processos de fundação e reconhecimento de novos sindicatos da Categoria representada em sua base territorial;
- IX. Eleger ou designar representantes da Categoria representada;
- X. Filiar-se a entidades sindicais de grau superior e a outras organizações sindicais, de âmbito nacional e internacional, de interesse da Categoria Econômica representada, mediante aprovação da Assembleia Geral; e
- XI. Manter relações com as demais organizações sindicais, para concretização da solidariedade social e defesa dos interesses nacionais, sob o ponto de vista da Categoria Econômica representada.

Artigo 4º. São deveres da Entidade:

- I. Manter aos integrantes da categoria econômica representada, através de profissionais próprios ou escritórios de advocacia contratados, serviços de orientação jurídica;
- II. Participar das Negociações Coletivas de interesse da Categoria Econômica representada promovendo a conciliação nas Convenções, Acordos e nos Dissídios Coletivos de Trabalho;
- III. Zelar pela fiel observância das leis sociais vigentes que digam respeito aos interesses da Categoria Econômica representada;
- IV. Defender os direitos da Categoria Econômica representada, nos planos individual ou coletivo, inclusive em questões administrativas e judiciárias;
- V. Ter iniciativa, perante os Poderes competentes, de pleitear leis, decretos e portarias de interesse da Categoria Econômica representada;
- VI. Emitir pareceres sobre projetos de lei, decretos e portarias de interesse da Categoria Econômica representada, recorrendo, a quem de direito, contra quaisquer medidas prejudiciais ao setor;
- VII. Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas;



- VIII. Patrocinar e organizar congressos, seminários, simpósios, dias de estudo, encontros e conferências para os integrantes da Categoria Econômica representada; e
- IX. Manter um boletim informativo e/ou outros meios de divulgação de interesse da Categoria Econômica representada.

Artigo 5º. São condições para o funcionamento da Entidade:

- I. Observância dos preceitos constitucionais e dos princípios de moral;
- II. Inexistência do exercício de cargo eletivo cumulativamente com o emprego remunerado pela Entidade;
- III. Gratuidade do exercício dos cargos eletivos, ressalvada a hipótese do afastamento do trabalho para esse exercício, quando poderá ser-lhe arbitrada uma gratificação, nunca excedente à importância de sua remuneração na Empresa representada, no período de duração do afastamento para cumprimento do mandato sindical;
- IV. A não cessão gratuita ou remunerada da sede a entidades de cunho político-partidária;
- V. A existência, na sede da Entidade, de livro de registro de associados, do qual deverão constar todos os dados necessários para a sua identificação; e
- VI. Exercício dos cargos eletivos por brasileiros.

CAPITULO II

DO QUADRO SOCIAL E DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º. O Quadro Social do Sindicato compõe-se das seguintes categorias de associados:

- I. efetivos;
- II. colaboradores.

§ 1º. Associados efetivos são, unicamente, aqueles que, na forma e condições previstas no Artigo 1º e seu parágrafo 1º, integrem a Categoria Econômica das “Empresas de Odontologia de Grupo” na base territorial desta Entidade e que satisfaça as exigências contidas neste Estatuto, assiste o direito de associar-se à mesma;

§ 2º. Associados colaboradores, nos termos deste Estatuto, são os grupos odontológicos e as pessoas físicas e jurídicas, que direta ou indiretamente, apoiem e participem das finalidades, objetivos e atividades da odontologia suplementar;

§ 3º. Os associados não respondem pelas obrigações sociais.

Artigo 7º. A associação à Categoria Econômica representada por esta Entidade será decidida pela Assembleia Geral, mediante formalização de pedido pelo interessado, acompanhado pela seguinte documentação:

- I. Comprovante da regularidade jurídica e fiscal de sua existência;



- II. Prova documental do exercício da atividade caracterizadora da Categoria Econômica representada pelo SINOG;
- III. Quadro demonstrativo dos seus diretores ou associados-gerente, contendo todos os dados pessoais dos mesmos; e
- IV. Declaração de conhecimento deste Estatuto, e compromisso de atendimento ao nele disposto.

Artigo 8º. São direitos do associado efetivo:

- I. Tomar parte, votar e ser votado nas Assembleias do Sindicato, quando no pleno gozo dos seus direitos, na conformidade deste Estatuto;
- II. Requerer, com 2/3 (dois terços) dos associados efetivos, em pleno gozo de seus direitos, a convocação de Assembleia Geral, de reunião de Diretoria ou de Conselho Fiscal, justificando, pormenorizadamente, dita convocação;
- III. Não responder, subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Entidade; e
- IV. Usufruir dos serviços prestados pela Entidade, previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Os direitos dos associados efetivos são pessoais e intransferíveis.

Artigo 9º. São deveres do associado efetivo:

- I. Pagar, pontualmente, suas contribuições legais, sociais e assistenciais, na forma estabelecida na lei, por este Estatuto e pelas Assembleias Gerais do Sindicato;
- II. Indicar seus representantes junto ao Sindicato, sendo certo que, estes somente poderão sê-lo se ocupantes dos cargos de Diretoria ou de nível gerencial na empresa associada;
- III. Comparecer às Assembleias Gerais e acatar suas resoluções;
- IV. Encaminhar pedido de licença de seus representantes e providenciar a convocação de suplente, na forma prevista por este Estatuto;
- V. Prestigiar a Entidade por todos os meios e propagar o espírito associativo entre os integrantes da Categoria Econômica representada;
- VI. Zelar pela fiel observância e aprimoramento dos princípios consagrados neste Estatuto;
- VII. Comunicar a eleição de sua Diretoria, a do eventual Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, bem como a data de posse dos eleitos, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o pleito;
- VIII. Comunicar qualquer alteração em seus órgãos de administração ou de representação jurídica;
- IX. Comunicar a perda de mandato de seus dirigentes ou de seus representantes; e
- X. Colaborar com esta Entidade, fornecendo-lhe todas as informações, esclarecimentos e elementos necessários, quando solicitados.



Artigo 10. O associado colaborador terá sua admissão sujeita ao preenchimento dos seguintes requisitos:

- I. Apresentar proposta de admissão firmada por associado no gozo de seus direitos;
- II. Firmar declaração de concordância com os objetivos e princípios éticos da odontologia complementar advogados pelo SINOG;

Artigo 11. O associado colaborador, por seus representantes, tem direito de:

- I. Fazer consultas de ordem geral à Diretoria;
- II. Gozar de participação em todos os serviços criados ou mantidos pelo SINOG;
- III. Participar das Comissões Permanentes ou Eventuais;
- IV. Propor novos associados colaboradores; e
- V. Participar, como observador, das Assembleias Gerais do SINOG.

Artigo 12. Apenas os associados efetivos têm direito de voto nas deliberações das Assembleias Gerais do Sindicato.

Artigo 13. Observado o disposto no artigo anterior, é facultado aos associados colaboradores participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias do Sindicato, podendo discutir as matérias do seu interesse.

Artigo 14. É vedado ao associado colaborador indicar representante para cargo eletivo da administração sindical.

Artigo 15. A contribuição do associado efetivo será definida em Assembleia-Geral. O custeio de despesas não previstas no orçamento será cobrado em forma de rateio extraordinário.

Parágrafo único - Os associados colaboradores terão uma contribuição mensal, que será definida anualmente por Assembleia Geral.

CAPITULO III

DAS PENALIDADES

Artigo 16. Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social, na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º. Serão suspensos os direitos dos associados que:

- I. não comparecerem a 03 (três) Assembleias Gerais consecutivas do Sindicato, sem causa justificada;
- II. até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido, não estiverem quites com os cofres desta Entidade, ou com suas obrigações estatutárias.

§ 2º. Serão eliminados do quadro social os associados que:



- I. Por sua má conduta na atividade profissional, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material desta Entidade, se constituírem em elementos nocivos à mesma;
- II. Sem motivo justificado, se atrasarem em mais de 03 (três) meses no pagamento de suas contribuições; e
- III. Estando quite com as prestações devidas, solicite sua exclusão, por escrito, à Diretoria, desde que não exista, pendente, processo disciplinar movido pela entidade, cessando suas obrigações para com a Sociedade na data da apreciação pela Diretoria, da aludida exclusão.

Artigo 17. As penalidades serão impostas pela Diretoria.

Artigo 18. A aplicação das penalidades, sob pena de nulidade, deverá preceder a audiência do associado, o qual aduzirá, por escrito, sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento de sua notificação.

Artigo 19. Da penalidade imposta, caberá recurso, com efeito suspensivo, à próxima Assembleia Geral, que dará a decisão final sobre a matéria.

Artigo 20. Os associados que tiverem sido eliminados do quadro social poderão reingressar na Entidade, desde que se reabilitem, a juízo da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO

Artigo 21. A administração da Entidade será exercida pelos seguintes órgãos:

- I. Diretoria;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Assembleia Geral; e
- IV. Delegados Representantes junto a Entidades Sindicais de Grau Superior.

SEÇÃO I

DA DIRETORIA

Artigo 22. A Entidade será dirigida por uma Diretoria composta de 13 (treze) membros efetivos, eleitos conforme o disposto no Capítulo VI, com mandato de 03 (três) anos, para os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Diretor 1º Secretário; Diretor 2º Secretário; Diretor 1º Tesoureiro; Diretor 2º Tesoureiro; Diretor de Assuntos Profissionais; e 6 (seis) Diretores de Negociação Trabalhista.

§ 1º. No caso de vacância de cargos para os quais não haja substituto titular indicado neste Estatuto, os mesmos deverão ser preenchidos por Diretores de Negociação Trabalhista, devendo, ainda, a ascensão ao cargo obedecer à ordem de menção constante da chapa eleita.

§ 2º. Uma mesma empresa associada não poderá ter mais de 01(um) representante ocupando cargo na Diretoria.

Artigo 23. À Diretoria compete:

- I. Dirigir a Entidade de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio social da mesma;
- II. Elaborar os regimentos dos serviços necessários, subordinados a este Estatuto;
- III. Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor, o Estatuto, os regimentos e as resoluções das Assembleias Gerais;
- IV. Organizar, cada ano, até o último dia do mês de dezembro a proposta de orçamento, receitas e despesas para o exercício seguinte e submetê-la à apreciação da Assembleia Geral, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;
- V. Decidir sobre a filiação de outras entidades sindicais a esta e desta a outras entidades;
- VI. Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;
- VII. Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes mensais da tesouraria, acompanhados dos respectivos comprovantes;
- VIII. Criar escritórios e Delegacias Regionais e elaborar o regimento interno das mesmas;
- IX. Organizar e submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral, cada ano, até o dia 31 (trinta e um) de março, um relatório das ocorrências do ano anterior;
- X. Preparar, a cada ano, até o dia 31 (trinta e um) de março, a prestação de contas à Assembleia Geral, de sua gestão no exercício financeiro anterior, levantando, para esse fim, por contabilista legalmente habilitado, os balanços de receita e despesa e econômico, nos livros diário e caixa, os quais, além da assinatura do contabilista, contarão com as do Presidente e do 1º Tesoureiro, bem como de parecer do Conselho-Fiscal; e
- XI. Reunir-se, ordinariamente, dentro de um calendário elaborado ao início de cada ano, e extraordinariamente por convocação do Presidente ou de 2/3 (dois terços) da Diretoria.

§ 1º. As decisões deverão ser tomadas por maioria de votos, com presença mínima de mais da metade dos diretores, cabendo a cada um o direito a 01 (um) voto e ao Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

§ 2º. As reuniões extraordinárias da Diretoria somente poderão tratar dos assuntos para os quais forem convocadas.

§ 3º. À convocação extraordinária da Diretoria, quando feita de acordo com o inciso XI, "in fine" deste artigo, não poderá opor-se o Presidente da Entidade, que terá de promover sua realização dentro de 20 (vinte) dias, contados da data da entrada do requerimento na Secretaria.

§ 4º. Na falta de convocação pelo Presidente, a reunião será realizada expirado o prazo marcado no parágrafo 3º deste artigo, por aqueles que deliberaram solicitá-la, com o comparecimento da maioria absoluta dos mesmos, sob pena do pedido ser considerado extinto, não podendo ser renovado pelo mesmo motivo.



§5º. A convocação para as reuniões da Diretoria, feita pelo Presidente, deverá ter antecedência mínima de 03 (três) dias, ser realizada por meio eletrônico e mencionar obrigatoriamente: o nome da Entidade, data, local, horário e os assuntos pelos quais foram convocados.

Artigo 24. Ao Presidente compete:

- I. Representar a Entidade perante qualquer órgão da administração pública, em juízo e fora dele, podendo delegar poderes;
- II. Convocar as reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, presidindo-as, sem direito a voto, nestes dois últimos colegiados;
- III. Assinar as atas das sessões, o relatório da Diretoria, o balanço do exercício financeiro, o balanço patrimonial comparado, a previsão e a suplementação orçamentária, os comprovantes de despesas e rubricar os livros legalmente exigíveis, em uso na Entidade;
- IV. Ordenar as despesas autorizadas e visar os cheques e contas a pagar;
- V. Assinar, com o Diretor Tesoureiro, os cheques, saques, depósitos, contratos, escrituras e demais papéis de crédito ou débito, bem como efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- VI. Admitir os empregados e fixar seus vencimentos, consoante as necessidades de serviços;
- VII. Nomear e dar posse aos membros das comissões que vierem a ser criadas;
- VIII. Convocar os suplentes dos diversos órgãos da administração da Entidade, nos casos e na forma previstos por este Estatuto;
- IX. Determinar estudos e providências visando, além do aprimoramento dos serviços, à adoção de providências de interesse da Entidade e da Categoria Econômica representada.

Artigo 25. Ao Vice-Presidente compete:

- I. Colaborar com o Presidente e auxiliá-lo nas suas atribuições; e
- II. Substituir o Presidente, nas suas faltas e impedimentos eventuais, bem como na vacância do cargo.

Artigo 26. Ao Diretor 1º Secretário compete:

- I. Preparar a correspondência e o expediente da Entidade;
- II. Redigir e ler as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III. Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria;
- IV. Ter sob sua guarda e responsabilidade os livros e o material de Secretaria, trazendo em perfeita ordem o arquivo de todos os papéis e documentos da Entidade;
- V. Organizar o plano de serviços estatísticos que permita assegurar à Entidade elementos informativos sobre assuntos de interesse dos integrantes da Categoria Econômica representada;
- VI. Organizar e ter sob sua guarda o cadastro de associados da Entidade;



- VII. Dar entrada e acompanhar, nas repartições públicas, no Poder Judiciário e nos demais organismos competentes, o andamento de processos de interesse da Entidade, dos associados e da Categoria Econômica representada;
- VIII. Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais, bem como na vacância do cargo.



Artigo 27. Ao Diretor 2º Secretário compete:

- I. Auxiliar o Diretor 1º Secretário em suas atribuições, quando solicitado;
- II. Substituir o Diretor 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos eventuais, bem como na vacância do cargo.

Artigo 28. Ao Diretor 1º Tesoureiro compete:

- I. Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da Entidade, além dos livros, documentos da tesouraria, zelando pelos bens móveis e imóveis pertencentes ao Sindicato;
- II. Assinar, com o Presidente, os cheques, saques, depósitos, contratos, escrituras e demais papéis de crédito ou débito, bem como efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- III. Dirigir e fiscalizar os trabalhos da tesouraria;
- IV. Apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e o balanço anual;
- V. Recolher o dinheiro da Entidade aos estabelecimentos de crédito autorizados;
- VI. Conservar, na tesouraria, os fundos necessários ao custeio administrativo da Entidade;
- VII. Elaborar a previsão e a suplementação orçamentária;
- VIII. Assinar, com o Presidente, o balanço do exercício financeiro, o balanço patrimonial comparado, a previsão e a suplementação orçamentária, bem como os comprovantes da receita e despesas.

Artigo 29. Ao Diretor 2º Tesoureiro compete:

- I. Auxiliar o Diretor 1º Tesoureiro em suas atribuições, quando solicitado;
- II. Substituir o Diretor 1º Tesoureiro nas suas faltas e impedimentos eventuais, bem como na vacância o cargo.

Artigo 30. Ao Diretor de Assuntos Profissionais compete:

- I. Elaborar e submeter à Diretoria, plano de ação dos assuntos específicos relativos à atividade exercida pelas empresas integrantes da Categoria Econômica representada;
- II. Promover pesquisas sobre os problemas e as necessidades específicas de categoria Econômica representada; e
- III. Orientar e coordenar as ações da Entidade nas Negociações Coletivas de Trabalho.

Artigo 31. A cada um dos 06 (seis) Diretores de Negociação Trabalhista compete:



- I. Colaborar com os demais membros da Diretoria do Sindicato em suas funções específicas, especialmente na representação, por delegação do Presidente da Entidade, em juízo ou fora dele, e nas Negociações Coletivas de Trabalho, nas diversas regiões do país para as quais forem designados; e
- II. Substituir, legalmente, outros membros da Diretoria quando esgotadas as previsões de substituição.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 32. A Entidade terá um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros, com igual número de suplentes, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral;

Artigo 33. Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Fiscalizar a gestão financeira da entidade;
- II. Dar parecer sobre proposta de orçamento de receita e despesa para o exercício financeiro;
- III. Dar parecer sobre balanço financeiro, balanço patrimonial comparado, demonstrativo de aplicação da receita, bem como sobre as demais peças contábeis, lançando o seu "visto";
- IV. Examinar os balancetes mensais e apor neles seu "visto", lavrando termo ou ata de exame de documentos e peças contábeis em livro próprio.

§ 1º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, para os fins do disposto neste artigo e incisos e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do Sindicato, de 2/3 (dois terços) da Diretoria, da Assembleia Geral ou do próprio Conselho Fiscal.

§ 2º. A convocação feita pelo Presidente do Sindicato terá antecedência mínima de 03 (três) dias e será feita por meio eletrônico, dela devendo obrigatoriamente constar: o nome da Entidade, data, local e horário e os assuntos pelos quais foram convocados.

§ 3º. O parecer do Conselho Fiscal sobre os itens dos incisos "III" e "IV" do presente artigo deverá constar da Ordem do Dia da Assembleia Geral convocada para decisão final sobre a matéria.

SEÇÃO III

DA ASSEMBLEIA-GERAL

Artigo 34. A Assembleia Geral, órgão soberano da Entidade, será formada pelos representantes dos associados.

Artigo 35. À Assembleia Geral compete:

- I. Eleger os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e das delegações junto às outras Entidades Sindicais de Grau Superior, efetivos e suplentes;

- II. Dispor das importâncias provenientes das contribuições e de outras rendas arrecadadas na forma da lei e deste Estatuto;
- III. Reunir-se, sempre que necessário, quando convocada na forma deste Estatuto;
- IV. Propor medidas de ordem econômica ou moral, tendentes à boa administração, sendo-lhe para esse fim, fornecidas pela Diretoria as informações solicitadas, bem como os documentos de Tesouraria e Secretaria;
- V. Apreciar e votar a previsão orçamentária anual, o relatório anual da Diretoria, o balanço do exercício financeiro e o balanço patrimonial comparado, assim como os pareceres do Conselho Fiscal;
- VI. Elaborar, votar e aprovar seu próprio regimento interno;
- VII. Aplicar as penalidades de sua competência, previstas neste Estatuto, assim como decidir sobre os recursos interpostos das penalidades aplicadas pela Diretoria;
- VIII. Fixar e alterar os valores das contribuições dos associados e dos integrantes da Categoria Econômica representada;
- IX. Estabelecer diretrizes visando o fortalecimento do sindicalismo, da economia e do bem estar dos integrantes da Categoria Econômica representada;
- X. Reformar este Estatuto, quando se fizer necessário, por voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou em segunda convocação, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes.
- XI. Criar comissões, para auxiliar os trabalhos da Assembleia Geral;
- XII. Pronunciar-se sobre negociações ou dissídios coletivos de trabalho;
- XIII. Destituir os administradores, quando se fizer necessário, por voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados efetivos, e em segunda convocação, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes.

Artigo 36. As Assembleias Gerais são soberanas nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a este Estatuto e suas deliberações serão tomadas por escrutínio secreto, através da maioria absoluta dos associados efetivos quites, em primeira convocação, e em segunda convocação, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes e em dia com suas obrigações estatutárias, exceto quando previsto de forma diversa nesse Estatuto.

Artigo 37. As Assembleias Gerais serão realizadas:

- I. Por convocação do Presidente da Entidade;
- II. Quando 2/3 (dois terços) da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou 1/5 (um quinto) dos associados efetivos quites julgar conveniente, devendo especificar, pormenorizadamente, Presidência da Entidade, os motivos da solicitação.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral será convocada mediante Edital publicado em jornal de grande circulação na sede da Entidade ou no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 03 (três) dias, dele devendo obrigatoriamente constar: o nome da Entidade, data, local e horário da instalação da Assembleia e a sua Ordem do Dia.

Artigo 38. À convocação da Assembleia Geral, quando feita na forma prevista no inciso II do artigo anterior, não poderá opor-se o Presidente da Entidade, que terá de promover sua realização dentro de 20 (vinte) dias, contados da data da entrada do requerimento na Secretaria.

§ 1º. As Assembleias Gerais convocadas na forma prevista no artigo anterior e seus incisos, somente poderão tratar dos assuntos para os quais forem convocadas.

§ 2º. Deverá comparecer às Assembleias a maioria absoluta dos que a convocaram, sob pena de o pedido ser considerado extinto, não podendo ser renovado pelo mesmo motivo.

§ 3º. Na falta de convocação pelo Presidente, as assembleias serão realizadas, expirado o prazo previsto no "caput" deste artigo, por aqueles que deliberaram solicitá-la, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Artigo 39. São condições para os representantes dos associados efetivos votarem e serem votados nas Assembleias Gerais:

- I. Representar o associado efetivo na forma deste Estatuto;
- II. O associado efetivo estar em pleno gozo de seus direitos sociais e sindicais.

Artigo 40. Cada representação do associado efetivo será composta por 02 (dois) representantes, cabendo, em qualquer oportunidade e situação, 01 (um) voto por associado, o qual será exercido pelo representante votante.

§ 1º. O representante votante será o membro mais idoso da representação de cada associado efetivo, salvo se dela fizer parte membro da Diretoria do associado efetivo representado, caso em que terá prioridade aquele que ocupar naquela o cargo mais elevado.

§ 2º. Não estando presente, na Assembleia, o representante votante, por qualquer motivo, o voto será exercido pelo segundo representante, ao qual, para todos os efeitos, ficam sub-rogados os poderes do representante votante, enquanto perdurar sua ausência.

§ 3º. A empresa associada poderá também ser representada na Assembleia Geral por procurador, munido de instrumento particular, com firma reconhecida do representante legal da outorgante, desde que o mandatário seja representante de outra empresa associada em gozo de seus direitos sociais e com direito a voto nas Assembleias desta Entidade.

SEÇÃO IV

DOS DELEGADOS JUNTO A ENTIDADES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR

Artigo 41. Somente poderão ocupar os cargos de Delegados do Sindicato junto a Entidades Sindicais de Grau Superior, em número de 02 (dois) titulares e respectivos suplentes, representantes de associados em pleno gozo de seus direitos sindicais, eleitos na forma prevista neste Estatuto, com mandato de 03 (três) anos.

Artigo 42. Poderá haver acumulação de cargos na Diretoria e na Delegação junto a Entidades Sindicais de Grau Superior.

Artigo 43. As diretrizes básicas de atuação dos referidos Delegados serão traçadas pela Diretoria do Sindicato, de acordo com as decisões emanadas da Assembleia Geral.



SEÇÃO V

DA PERDA DO MANDATO

Artigo 44. Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Delegação junto a outras Entidades Sindicais de Grau Superior perderão o mandato nos seguintes casos:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste Estatuto;
- III. Abandono de cargo;
- IV. Aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;
- V. Exclusão ou perda da associação por parte da empresa associada.

§ 1º. A perda de mandato será decidida pela Assembleia Geral, na forma do artigo 35, inciso XIII desses Estatutos e declarada pela Diretoria.

§ 2º. Toda perda de mandato será precedida de notificação que assegure ao interessado pleno direito de defesa, cabendo-lhe recurso, com efeito suspensivo, à próxima Assembleia Geral Extraordinária que vier a realizar-se.

SEÇÃO VI

DAS SUBSTITUIÇÕES

Artigo 45. Havendo renúncia, destituição ou morte de qualquer membro da Diretoria, do Conselho Fiscal ou da delegação junto a Entidades Sindicais de Grau Superior, serão convocados os respectivos substitutos previsto neste Estatuto e os suplentes, por ordem de menção na chapa eleita.

§ 1º. As renúncias serão comunicadas por escrito ao Presidente da Entidade.

§ 2º. Em se tratando de renúncia do Presidente da Entidade, esta será notificada, por escrito, ao seu substituto que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido.

§ 3º. A convocação dos substitutos estatutários e dos suplentes para qualquer um dos cargos efetivos da administração da Entidade compete ao Presidente ou ao seu substituto.

§ 4º. Não havendo suplente para ocupar o cargo efetivo vacante até o término do mandato, a indicação dos nomes caberá à Assembleia Geral, dentre os representantes dos associados.



Artigo 46. Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e não havendo suplentes, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembleia Geral, a fim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisória, a qual procederá às diligências necessárias para a realização de novas eleições, na conformidade do presente Estatuto e no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua posse.

Artigo 47. Em caso de abandono de cargo proceder-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o representante associado que nele incorrer ser eleito para qualquer mandato de administração ou representação nesta Entidade, pelo prazo de 06 (seis) anos.

Parágrafo Único. Considera-se abandono de cargo a ausência não justificada a 03 (três) reuniões consecutivas da Diretoria e do Conselho Fiscal, e/ou, a 03 (três) Assembleias Gerais consecutivas.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE

Artigo 48. Constitui patrimônio e fonte de recurso para sua manutenção o seguinte:

- I. As contribuições sociais dos associados;
- II. Outras contribuições dos integrantes da categoria fixadas pela Assembleia Geral;
- III. As contribuições previstas em lei, devidas pelos associados e não associados integrantes da Categoria Econômica representada;
- IV. As doações e os legados;
- V. Os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas;
- VI. Aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos;
- VII. Multas e outras rendas eventuais.

Artigo 49. Compete à Diretoria a administração do patrimônio da Entidade, constituído pela totalidade dos bens que a mesma possuir.

Artigo 50. As despesas da Entidade correrão pelas rubricas previstas na lei e neste Estatuto.

Artigo 51. Os títulos de renda, bem como os bens imóveis, somente poderão ser alienados após prévia autorização da Assembleia Geral.

Artigo 52. Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos nestes Estatutos e na lei.

Artigo 53. Não havendo disposição em contrário, prescreverá em 02 (dois) anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de disposição contida neste Estatuto.

Artigo 54. No caso de dissolução da Entidade, os bens, pagam as dívidas decorrentes de suas responsabilidades, serão destinados às entidades sindicais representantes da Categoria Econômica, remanescentes, a juízo da Assembleia Geral, na forma do artigo 35 deste Estatuto, vedada a distribuição de bens a seus associados.



Artigo 55. Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio da Entidade serão julgados e punidos na conformidade da legislação penal e civil pertinentes.



CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 56. O processo eleitoral desta Entidade, para preenchimento de todos os seus cargos, efetivos e suplentes, obedecerá às normas constantes neste Estatuto.

Artigo 57. Mediante voto obrigatório, secreto e livre, incumbe aos representantes dos associados efetivos, em gozo de seus direitos sociais, eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal e os Delegados-Representantes junto a Entidades Sindicais de Grau Superior, efetivos e suplentes.

Artigo 58. Os mandatos dos eleitos, efetivos e suplentes, terão duração de 03 (três) anos, contados da data da posse.

SEÇÃO II

DA ÉPOCA DAS ELEIÇÕES

Artigo 59. As eleições para a renovação da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Delegação junto a Entidades Sindicais de Grau Superior, efetivos e suplentes, deverão ser realizadas, trienalmente, na segunda quinzena de junho.

SEÇÃO III

DA ELEGIBILIDADE

Artigo 60. São elegíveis todos os representantes das empresas associadas efetivas que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto e que não estejam incursos em qualquer dos impedimentos a seguir expressos:

- I. Não serem brasileiros;
- II. Não tiverem definitivamente aprovadas suas contas de exercício em cargos de administração;
- III. Não estiverem a 02 (dois) anos antes, pelo menos, no exercício da atividade econômica representada pela Entidade;
- IV. Houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;
- V. Tiverem sido condenados por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;

- VI. Não estiverem associados, no mínimo há 06 (seis) meses antes da data das eleições;
- VII. Tenham má conduta, devidamente comprovada;
- VIII. Tenham sido destituídos de cargo administrativo de representação sindical;
- IX. Tenham, há menos de 06 (seis) anos, incorrido em abandono de cargo na Entidade.



SEÇÃO IV DO ELEITOR

Artigo 61. São condições para o exercício do direito de voto, bem como para a investidura em cargo de administração ou de representação nesta Entidade:

- I. Ser associado efetivo;
- II. Fazer-se representar na forma deste Estatuto;
- III. Estar associado há no mínimo 06 (seis) meses antes da data das eleições;
- IV. Estar no gozo de seus direitos sociais, de conformidade com este Estatuto; e
- V. Estar quites com suas contribuições até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Artigo 62. Cada Empresa associada efetiva será representada por 02 (dois) Delegados Representantes e terá direito, em qualquer hipótese, a apenas 01 (um) voto.

§ 1º. O exercício do direito de voto será privativo do Delegado Representante eleitor de cada associada efetiva.

§ 2º. O critério para escolha do Delegado Representante eleitor será o mesmo já estabelecido neste Estatuto, na parte referente à Assembleia Geral.

§ 3º. As Empresas associadas efetivas indicarão, por ofício, até 20 (vinte) dias antes do pleito, a relação nominal dos seus Delegados Representantes, efetivos e suplentes, designando, desde logo, o Delegado eleitor e o seu suplente, para a eventualidade de impedimento do titular, dentro das normas estabelecidas neste Estatuto.

SEÇÃO V DO VOTO

Artigo 63. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

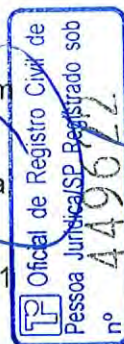
- I. Uso de cédula única, contendo todas as chapas registradas;
- II. Isolamento do eleitor em cabine indevassável, para o ato de votar; e
- III. Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Artigo 64. A cédula única, contendo todas as chapas registradas, deverá ser confeccionada em papel branco, opaco e pouco absorvente, com tinta preta e tipos uniformes.

Parágrafo Único. A cédula única deverá ser confeccionada de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

Artigo 65. As chapas registradas deverão ser numeradas seguidamente, a partir do número 01 (um) obedecendo à ordem de registro.

Parágrafo Único. As chapas conterão os nomes dos candidatos, efetivos e suplentes.



SEÇÃO VI

DA CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Artigo 66. As eleições serão convocadas pelo Presidente da Entidade, com antecedência de 90 (noventa) dias antes da data da realização do pleito, por edital, onde se mencionará, obrigatoriamente:

- I. Data, horário e local de votação;
- II. Prazo para registro de chapas e horários de funcionamento da Secretaria;
- III. Prazo para impugnação de candidaturas;
- IV. Datas, horários e locais das segunda e terceira votações, caso haja inexistência de quórum na primeira ou segunda ou, ainda, empate entre as chapas mais votadas.

Artigo 67. No mesmo prazo mencionado no artigo anterior deverá ser publicado aviso resumido do edital, pelo menos uma vez, em jornal de grande circulação na sede da Entidade ou no Diário Oficial da União.

Parágrafo Único. O aviso resumido do Edital deverá conter em seu teor:

- I. Nome da Entidade;
- II. Comunicação da realização das eleições;
- III. Prazo para registro de chapas;
- IV. Horário de funcionamento da Secretaria;
- V. Datas, horários e local da votação.

SEÇÃO VII

DO REGISTRO DE CHAPAS

Artigo 68. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do aviso resumido do Edital.



§ 1º. O registro de chapas far-se-á exclusivamente na Secretaria da Entidade, a qual fornecerá recibo da documentação apresentada, constante dos seguintes documentos:

- I. Requerimento;
- II. Comprovação de estarem os associados representados pelos candidatos em dia com suas obrigações estatutárias;
- III. Declaração de anuência de todos os candidatos, individualmente.

§ 2º. Para os efeitos do disposto neste artigo, a Secretaria manterá, durante o período para registro de chapas, expediente normal de no mínimo 06 (seis) horas, devendo permanecer, na sede da Entidade, pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentação e fornecer o competente recibo.

Artigo 69. Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, o Presidente da Entidade providenciará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a convocação de nova eleição.

Artigo 70. A Entidade fornecerá aos candidatos, individualmente, comprovante do registro da candidatura, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e comunicará, por escrito, à empresa, no mesmo prazo, o dia e a hora do pedido de registro da candidatura do seu representante.

Artigo 71. Será recusado o registro da chapa que não contiver todos os candidatos, efetivos e suplentes, considerados, distintamente, os órgãos de administração, Conselho Fiscal e de representação perante Entidades Sindicais de Grau Superior.

Parágrafo Único. Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, o Presidente notificará o interessado para que promova a correção, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de recusa do seu registro.

Artigo 72. Encerrado o prazo para registro de chapas, o Presidente da Entidade promoverá a imediata lavratura da ata correspondente, consignando em ordem numérica de inscrição todas as chapas e os nomes dos candidatos, efetivos e suplentes.

§ 1º. No prazo de 72 (setenta e duas) horas o Presidente fará a divulgação da relação nominal das chapas registradas, através de jornal de grande circulação na base territorial da Entidade ou no Diário Oficial da União, e declarará aberto o prazo de 03 (três) dias para impugnação de candidaturas.

§ 2º. Ocorrendo renúncia formal de candidato, após o registro da chapa, o Presidente da Entidade afixará cópia desse pedido em quadro de aviso, para conhecimento dos associados.

§ 3º. A chapa, já inscrita, de que fizerem parte os renunciantes, poderá concorrer, desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem para preencher todos os cargos efetivos.

SEÇÃO VIII

DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS

Artigo 73. O prazo para impugnação de candidaturas é de 03 (três) dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas.



Artigo 74. A impugnação que somente poderá versar sobre as causas da inelegibilidade previstas neste Estatuto será proposta através de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Entidade, contra recibo, na Secretaria.

Parágrafo Único. Apenas poderão impugnar candidaturas os Delegados efetivos do associado em condições de votar.

Artigo 75. No encerramento do prazo de impugnação lavrar-se-á o competente "Termo de Encerramento", em que serão consignadas as impugnações propostas, destacando-se, nominalmente, os impugnantes e os candidatos impugnados.

Artigo 76. Cientificados oficialmente, em 24 (vinte e quatro) horas, pelo Presidente da Entidade, o candidato impugnado terá prazo de 03 (três) dias para apresentar suas contrarrazões.

§ 1º. Instruído o processo, o Presidente da Entidade fará seu encaminhamento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à Assembleia Geral para decidir, convocada em regime de urgência.

§ 2º. Julgada procedente a impugnação, o Presidente da Entidade providenciará a afixação do resultado em quadro de aviso, para conhecimento de todos os interessados.

§ 3º. Idêntico procedimento será adotado caso a impugnação seja julgada improcedente, podendo o candidato concorrer à eleição.

Artigo 77. A chapa de que fizerem parte os candidatos impugnados poderá concorrer às eleições, desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem para o preenchimento dos cargos efetivos.

SEÇÃO IX

DA SESSÃO ELEITORAL DE VOTAÇÃO

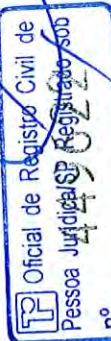
Artigo 78. A mesa coletora de votos funcionará sob a exclusiva responsabilidade de 01 (um) Presidente, 02 (dois) Mesários e 01 (um) Suplente, indicado pelo Presidente da Entidade, em comum acordo com os representantes das chapas concorrentes, sendo designados até 05 (cinco) dias antes da eleição.

§ 1º. Em não havendo acordo, caberá ao Presidente da Entidade indicar os nomes dos integrantes da mesa coletora, a qual será composta por pessoas idôneas, vedada a designação nos seguintes casos:

- I. Candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive;
- II. Membros da administração da Entidade.

§ 2º. Os trabalhos da mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscais designados pelos candidatos cabeças de chapa, escolhidos entre os eleitores, na proporção de 01 (um) fiscal por chapa registrada.

Artigo 79. Os mesários substituirão o Presidente da mesa coletora sempre que solicitados por este, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.



§ 1º. Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes ao ato da abertura e de encerramento da votação, salvo motivo justificado.

§ 2º. Não comparecendo o Presidente da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a Presidência o primeiro mesário, e, na falta ou impedimento deste, o segundo mesário ou o suplente.

§ 3º. Poderá o mesário ou membro da mesa que assumir a Presidência designar "ad hoc", dentre as pessoas presentes, e observados os impedimentos previstos neste Estatuto, os membros que forem necessários para completar a mesa.

Artigo 80. Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Parágrafo Único. Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento, durante os trabalhos de votação.

Artigo 81. Os trabalhos de votação terão a duração mínima de 06 (seis) horas contínuas, observadas, sempre, as horas de início e de encerramento previstas no edital de convocação.

Parágrafo Único. Os trabalhos de votação poderão ser encerrados antecipadamente, se já tiverem votado todos os eleitores constantes da folha de votação.

Artigo 82. Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votante, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente e pelos mesários e na cabine indevassável, após assinalar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, dobrando e depositando-a, em seguida, na urna colocada na mesa coletora.

Parágrafo Único. Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exhibir a parte rubricada à mesa e aos fiscais, para que verifiquem, sem a tocar, se é a mesma que lhe foi entregue; caso contrário, não será aceita.

Artigo 83. Os eleitores cujos votos foram impugnados e os associados cujos nomes não constem da lista de votantes e comprovem estar em condições de votar, assinarão em lista própria, votando em separado.

Parágrafo Único. O voto em separado será tomada da seguinte forma:

- I. O Presidente da mesa coletora entregará ao eleitor sobrecarta apropriada, para que ele, na presença da mesa, coloque nela a cédula que assinalou, colando a sobrecarta;
- II. O Presidente da mesa coletora anotará, no verso da sobrecarta, as razões da medida, para posterior decisão da mesa apuradora.

Artigo 84. A hora determinada no edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, estes serão convidados a fazer entrega ao Presidente da mesa coletora do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor e caso não haja mais eleitores a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

§ 1º. Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada com a aposição de tiras de papel gomado, rubricadas pelos membros da mesa coletora e pelos fiscais.

§ 2º. Em seguida, o Presidente da mesa coletora fará lavrar ata, que será também assinada pelos mesários e pelos fiscais, se estes assim o desejarem, registrando a data e as horas do início e do

encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos associados em condições de votar, o número de votos em separado, se houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados.

§ 3º. Somente poderão apresentar protestos os Delegados Eleitores e os fiscais presentes no recinto de votação, sendo os mesmos elaborados por escrito, pormenorizando e justificando os motivos determinantes.

§ 4º. A seguir, o Presidente da mesa coletora fará entrega ao Presidente da mesa apuradora, mediante recibo de todo o material utilizado durante a votação.



Artigo 85. São documentos válidos para identificação do Delegado-Eleitor:

- I. Carteira de trabalho e previdência social;
- II. Carteira de identidade;
- III. Título de eleitor;
- IV. Certificado de reservista.

SEÇÃO X

DA SESSÃO DE APURAÇÃO DOS VOTOS

Artigo 86. A sessão eleitoral de apuração será instalada na sede da Entidade imediatamente após o encerramento da votação, sob a presidência de pessoa de notória idoneidade, indicada pelo Presidente da Entidade, em comum acordo com os representantes das chapas concorrentes, designada até 05 (cinco) dias antes da eleição.

§ 1º. Em não havendo acordo, caberá ao Presidente da Entidade indicar o Presidente da mesa apuradora, vedada a designação nos seguintes casos:

- I. Candidatos e seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive; e
- II. Membros da administração da Entidade.

Artigo 87. A mesa apuradora será composta de 01 (um) Secretário e 02 (dois) Mesários, de livre escolha do Presidente da mesa, observados os impedimentos previstos nos incisos "I" e "II" do parágrafo 1º do artigo anterior.

Artigo 88. Composta a mesa apuradora, seu Presidente receberá do Presidente da mesa coletora as atas de instalação e recebimento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e as urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários e fiscais.

Parágrafo Único. O Presidente da mesa apuradora verificará a lista de votantes, procedendo à abertura da urna para contagem das cédulas de votação. Ao mesmo tempo, decidirá, um a um, pela apuração ou não dos votos tomados "em separado", à vista das razões que os determinaram, conforme se consignou nas sobrecartas.

Artigo 89. Na contagem das cédulas de cada urna, o Presidente verificará se o seu número coincide com o da lista de votantes.

§ 1º. Se o número de cédulas for igual ou inferior ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º. Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á à apuração, descontando-se, dos votos atribuídos à chapa mais votada, o número de votos equivalentes às cédulas em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.

§ 3º. Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

Artigo 90. Finda a apuração, o Presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver maioria dos votos em relação ao total de votos apurados e fará lavrar ata dos trabalhos de apuração.

§ 1º. A ata mencionará, obrigatoriamente:

- I. Dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos eleitorais;
- II. Local em que funcionou a mesa coletora, com os nomes dos respectivos componentes;
- III. Resultado apurado, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;
- IV. Número total dos eleitores que votaram;
- V. Resultado geral da apuração;
- VI. Proclamação dos eleitos, nominando-os, por ordem de menção na chapa.

§ 2º. A ata geral de apuração será assinada pelo Presidente, pelos demais membros da mesa apuradora e pelos fiscais, se estes assim o desejarem.

Artigo 91. Se o número de votos da urna anulada for superior à diferença entre as duas chapas mais votadas não haverá proclamação de eleitos pela mesa apuradora, cabendo ao Presidente da Entidade convocar eleições suplementares no prazo máximo de 08 (oito) dias, limitadas aos eleitores constantes da lista de votação da urna anulada.

Artigo 92. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição no prazo de 08 (oito) dias, limitada a nova eleição às chapas empatadas e aos eleitores inscritos no escrutínio que terminou empatado.

Artigo 93. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas ficarão sob a guarda do Presidente da mesa apuradora até a proclamação do resultado final da eleição.

SEÇÃO XI

DO QUÓRUM

Artigo 94. A eleição em Entidade Sindical só será válida se participar da votação a maioria absoluta das Empresas associadas com capacidade para votar.



Parágrafo Único. Não sendo obtido esse quórum, o Presidente da mesa apuradora encerrará a eleição, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem as abrir, notificando, em seguida, o Presidente da Entidade para que este promova nova eleição, nos termos do edital.

Artigo 95. A nova eleição será válida se nela tomarem parte representantes de 40% (quarenta por cento) dos votos das Empresas associadas com capacidade para votar.

Parágrafo Único. Não sendo, ainda desta vez, atingido o quórum, o Presidente da mesa apuradora notificará, novamente, o Presidente da Entidade para que este promova a terceira e última eleição.

Artigo 96. A terceira eleição será realizada com qualquer número de votos das Empresas associadas observadas, para sua realização, as mesmas formalidades das anteriores.

Artigo 97. Somente poderão participar da eleição em segunda e terceira convocações os eleitores que se encontravam com condições de exercer o voto na primeira convocação.

Artigo 98. Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Estatuto, ficar comprovado:

- I. Que foi realizada em dia, hora e local diversos dos designados no edital de convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada sem que tenham votado todos os eleitores constantes da folha de votação;
- II. Que foi realizada ou apurada perante mesa coletora e mesa apuradora não constituída de acordo com o estabelecido neste Estatuto;
- III. Que não foi cumprido qualquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Estatuto;
- IV. A ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

Artigo 99. A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar. De igual forma, a anulação da urna não importará na anulação da eleição, salvo se o número de votos nela existentes for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas mais votadas.

Artigo 100. Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe tenha dado causa e nem aproveitará ao seu responsável.

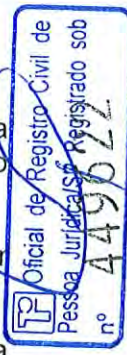
Artigo 101. Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo de 08 (oito) dias, contados da data da decisão anulatória.

Artigo 102. Compete à Assembleia Geral decidir sobre todas as controvérsias relativas ao processo eleitoral, inclusive na sua anulação.

SEÇÃO XII

DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 103. Ao Presidente da Entidade cabe zelar para que se mantenha organizando o processo eleitoral, em 02 (duas) vias, constituída a primeira dos documentos originais.


23

Parágrafo Único. São peças essenciais do processo eleitoral:

- I. Edital e folha do jornal que publicou o aviso resumido do edital de convocação da eleição;
- II. Cópias dos requerimentos de registro de chapas e os competentes recibos;
- III. Fichas de qualificação individual dos candidatos e demais documentos de identificação;
- IV. Exemplar do jornal que publicou a relação nominal das chapas registradas;
- V. Cópias dos expedientes relativos à composição das mesas coletoras e apuradoras;
- VI. Relação dos associados em condições de votar;
- VII. Documentos de qualificação dos Delegados-Representantes e de credenciamento do Delegado-Eleitor;
- VIII. Listas de votação;
- IX. Atas das sessões eleitorais de votação e de apuração dos votos;
- X. Exemplar da cédula única de votação;
- XI. Cópias das impugnações, dos recursos e das respectivas contrarrazões;
- XII. Comunicação oficial das decisões exaradas pela Assembleia Geral;
- XIII. Ata da reunião de Diretoria que elegeu o Presidente e distribuiu os demais cargos de direção;
- XIV. Termo de posse.

SEÇÃO XIII

DOS RECURSOS

Artigo 104. O prazo para interposição de recurso será de 05 (cinco) dias, contados da data da realização do pleito.

Artigo 105. Os recursos serão propostos pelos Delegados-Representantes efetivos das Empresas associadas em condições de votar.

§ 1º. O recurso e os documentos de prova que lhe forem anexados serão apresentados em 02 (duas) vias, contra recibo, na Secretaria da Entidade, e juntados os originais à primeira via do processo eleitoral.

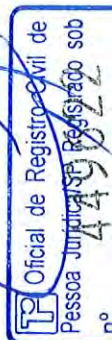
§ 2º. A segunda via do recurso e dos documentos que o acompanham serão entregues, também contra recibo, pelo Presidente da Entidade ao recorrido, que terá 05 (cinco) dias para oferecer suas contrarrazões.

Artigo 106. Findo o prazo estipulado, recebidas ou não as contrarrazões do recorrido, o Presidente da Entidade, no prazo improrrogável de 03 (três) dias, prestará as informações que lhe competirem e encaminhará o processo eleitoral, acompanhado do recurso e seus apensos, à Assembleia Geral, para análise e decisão, em reunião especialmente convocada para esse fim, em prazo não superior a 08 (oito) dias.

Artigo 107. O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, se provado e comunicado oficialmente à Entidade antes da posse.

Artigo 108. Se o recurso versar sobre a inelegibilidade do candidato eleito, o provimento não implicará na posse dos demais, exceto se o número destes, incluídos os suplentes, não for bastante para o preenchimento de todos os cargos efetivos.

Artigo 109. Não interposto recurso no prazo previsto neste Estatuto, o processo eleitoral será arquivado na Secretaria da Entidade.



CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS, COMPLEMENTARES E TRANSITÓRIAS.

Artigo 110. A Entidade deverá comunicar por escrito, à (s) empresa (s) associada (s), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o pleito, a eleição e a posse do seu representante.

Artigo 111. É vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção nesta Entidade, nos termos da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988.

Artigo 112. Os prazos constantes deste Estatuto serão computados, excluído o dia do começo e incluindo o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

Artigo 113. As atribuições e providências relativas ao processo eleitoral da competência do Presidente da Entidade passarão, na sua ausência, automaticamente, à responsabilidade do seu substituto legal ou do Presidente da Junta Governativa.

Artigo 114. A Entidade, quando julgar oportuno, instituirá Delegacias ou seções para melhor proteção dos direitos de seus representados.

Artigo 115. As despesas de viagem e estadia dos Diretores, Conselheiros Fiscal, Delegados e Funcionários, quando a serviço da Entidade, correrão por conta desta, na forma estabelecida pela Assembleia Geral.

Artigo 116. À Assembleia Geral caberá organizar a bandeira e o escudo da Entidade, bem como alterá-los, quando julgar necessário.

Artigo 117. Os direitos conferidos por este Estatuto às Empresas associadas são intransferíveis.

Artigo 118. A Empresa associada que solicitar a desassociação terá declarados extintos seus direitos em Assembleia Geral Extraordinária.

Artigo 119. A execução dos serviços de orientação jurídica, sua forma, alcance e delimitação, serão fixados em regimento interno, a ser elaborado pela Diretoria.

Artigo 120. Será aplicada, subsidiariamente, nos casos omissos neste Estatuto, a legislação própria pertinente em vigor, ou que venha a ser criada.

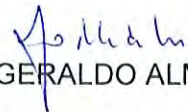
Parágrafo Único. Poderá a Assembleia Geral resolver os casos omissos, desde que a decisão não conflite com a legislação em vigor ou que venha a ser criada.

Artigo 121. Os artigos deste Estatuto que conflitem com a legislação pertinente em vigor ou que venha a ser criada serão automaticamente adaptados à mesma.


Artigo 122. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral das Empresas de Odontologia de Grupo, especialmente convocada para esse fim.


O presente Estatuto Social foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ODONTOLOGIA DE GRUPO – SINOG, realizada no dia 08 de Fevereiro de 2018.

São Paulo, 08 de Fevereiro de 2018.


GERALDO ALMEIDA LIMA
PRESIDENTE




FLÁVIO MARCOS BATISTA
SECRETÁRIO


ANA PAULA GALO ALONSO
ADVOGADA
OAB/SP 331.718





1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e	
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25	
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial	
Emol.	R\$ 250,42 Protocolado e prenotado sob o n. 524.643 em
Estado	R\$ 71,09 25/05/2018 e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp	R\$ 48,82 sob o n. 449.622 , em pessoa jurídica.
R. Civil	R\$ 13,13 Averbado à margem do registro n. 206411
T. Justiça	R\$ 17,15 São Paulo, 11 de junho de 2018
M. Público	R\$ 12,08
Iss	R\$ 5,25
Total	R\$ 417,94
Selos e taxas	
Recolhidos p/verba	
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial	
Charles da Silva Pedro - Oficial Substituto	